

Bulhões ensina como resolver nossos problemas

O ex-ministro acha que o primeiro passo é eliminar a inflação. E garante: isso não provoca recessão.

O ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões recomendou a eliminação imediata da inflação no Brasil, rejeitando a hipótese de que, restringindo-se a expansão monetária, ocorrerá uma acentuação da recessão econômica. "Se existe esse receio — afirmou —, nunca acabaremos com a inflação. O País estaria nesse caso condenado a viver eternamente com inflação. A eliminação da expansão monetária não traz recessão. É preciso conter a expansão da base monetária, dos meios de pagamento e da moeda substituta, os títulos públicos. Deixemos de lado receios infundados."

Falando em reunião organizada pelo Grupo Fenícia, Bulhões propôs medidas globais para a economia brasileira, conjugando a eliminação da inflação com a redução do imposto de renda sobre os dividendos pagos pelas sociedades anônimas, desde que sejam dividendos de ações adquiridas por subscrição, permitindo às empresas socorrer-se da capitalização e não do crédito.

O ex-ministro não defendeu a eliminação do mercado aberto, mas o retorno desse segmento aos seus objetivos básicos, com as Letras do Tesouro Nacional sendo utilizadas como elemento regulador da oferta monetária, que as autoridades devem usar seja para enxugar, seja para aumentar a liquidez do sistema financeiro.

— Mas na anarquia em que vivemos — declarou — o mercado aberto é agravante para a inflação. Entretanto não se deve extinguir o Open.

Crédito agrícola

O ex-ministro afirmou não pedir a eliminação do crédito agrícola, acrescentando que "o que não quer é que aumente a expansão monetária. Longe de mim solicitar a eliminação do crédito à agricultura". Manifestou, porém, sua opinião de que o crédito subsidiado à agricultura deve ser mantido no nível em que está, por considerar que cessando sua ampliação, cessará também o foco principal de alimentação inflacionária. Declarou-se ainda contrário à idéia de que a agricultura só receba crédito farto, a juros de mercado, por considerar que a atividade é descapitalizada e não pode suportar esses níveis de juros. "É preciso que o agricultor saiba que pode ter parcela de seu crédito a taxas mais reduzidas, mesmo que seja obrigado a tomar o restante a taxas livres" — afirmou em resposta a uma pergunta.

Comparando a situação atual com a recessão de 64/65, quando era ministro da Fazenda de Castello Branco, Bulhões recordou que naquela época a economia internacional era próspera. Além disso, foi possível resolver a questão do endividamento externo, porque os credores sabiam que o Brasil tomara medidas energéticas contra a inflação.

— Sinto que hoje os operários, os consumidores e os produtores estão saturados do combate gradualista à inflação, portanto a



providência de eliminação abrupta tende a ser bem recebida. O gradualismo dura 20 anos e a inflação sobe. Qualquer coisa está portanto errada com o gradualismo.

Correção monetária

O professor Bulhões considerou ainda a correção monetária um elemento altamente maléfico na economia brasileira, e, voltando a referir-se à expansão do crédito, afirmou que ela deve estar lastreada com recursos que não sejam provenientes de expansão monetária. "A idéia é fazer a expansão do crédito com recursos do Tesouro, durante alguns meses. Cessada a expansão da base monetária, haverá imediatamente um reflexo sobre a expansão inflacionária. Esse é o esquema. Se é válido ou não, não sei."

O ex-ministro considerou ainda o Decreto-Lei nº 2.045, que regula os salários, "um passo lateral dado quando o governo não ataca as causas da inflação. Para que o decreto seja válido, é preciso que haja o combate à inflação, por isso nesta hora o decreto não tem razão de ser".

Exemplo

Em sua exposição, Bulhões citou o exemplo dos Estados Unidos para mostrar que naquele país se deu ênfase ao consumo em detrimento da capacidade produtiva, recordando que, na metade dos anos 60, houve uma reação enganosa a essa tendência. "O roteiro se afigura estranho porque segue o esquema de Keynes, formulado para um ambiente muito diferente.

Keynes impulsiona a economia via o consumo por força da marcante presença de capital e trabalho ociosos. O adicionamento da renda, na esfera do consumo é o meio de propulsão do poder de compra, fazendo-o atingir a produção que reutiliza os equipamentos e reemprega o trabalho. Em outros termos, a expansão do suprimento de moeda que assegura a efetiva multiplicação do dispêndio inicial é contrabalçada pela rápida oferta adicional de produtos, assegurada pela disponibilidade dos fatores de produção. Mas ao tempo da administração do presidente Kennedy, o consumo se mostra-

va em expansão, mantida pelos aumentos salariais e crescentes transferências de renda para os inativos e auxílios sociais. Os investimentos empresariais definham não por falta de consumo e sim em consequência da perda da capacidade financeira, originada do decréscimo relativo de lucros, no atendimento às elevações salariais e incrementos à assistência social. Nestas condições, o estímulo fiscal deveria ter ficado restrito aos investimentos empresariais, sem necessidade de estimulá-los via a expansão do consumo. Na época de Kennedy, contrariamente à hipótese de Keynes, a expansão monetária, efetivadora da multiplicação do dispêndio inicial, não poderia encontrar a pronta resposta da produção. Os investimentos novos geram produtos adicionais com certa delonga e, conseqüentemente, o suprimento adicional de moeda reflete-se sobre a elevação dos preços e não sobre a imediata oferta adicional de produtos".

Em seu ataque aos preços, Bulhões declarou que sem inflação "o Brasil estaria em melhores condições de competir no comércio internacional e a confiança despertada pela preservação do valor do cruzeiro traria segurança ao País, interna e externamente.

— Preferimos — advertiu — seguir o caminho sinuoso a enfrentar a realidade dos fatos. Embora conscientes da necessidade de substituir o petróleo, julgamos acertado subsidiá-lo, para não provocar um suposto dissabor no consumidor. Adotado o subsídio do petróleo, como estimular a sua substituição? Decidiu-se, pois, subsidiar o álcool. Mas de subsídio em subsídio, acaba-se prejudicando o consumidor e produtor pela intensificação inflacionária e dificulta-se, consideravelmente, a substituição almejada. Grande parte das indústrias já poderia estar utilizando produtos da biomassa, em substituição ao óleo combustível se seu preço estivesse sendo cobrado sem subterfúgios. Além dos automóveis de passageiros, ônibus, caminhões e tratores já teriam tido seus motores adaptados ao álcool ou ao gás se o óleo diesel não tivesse sido subsidiado por tanto tempo. O paternalismo conduz a sacrifícios maiores que os exigidos de decisões francas e realistas.

— Na redistribuição da renda — avançou — podemos observar os deploráveis resultados da política paternalista de transferir recursos de uns, em favor de outros. Os exemplos expostos na primeira parte desta exposição, revelam a queda da eficiência produtiva pela sequência das transferências da produção para o consumo. Não se trata de impedir o crescimento do consumo e muito menos de criar embaraços à generalização do aumento do poder de compra dos indivíduos. Precisamente pelo desejo de generalizar-se o aumento da renda real é que se procura impedir a redução da capacidade geradora do produto.